

Nº 223 - DOU – 24/11/2025 - Seção 2 – p.49

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA SAPS/MS Nº 349, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

A SECRETÁRIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso de suas atribuições previstas no art. 21 do Decreto nº 12.708, de 31 de outubro de 2025, objetivando o alcance da eficiência e celeridade nos procedimentos de cobrança administrativa, resolve:

Art. 1º Delegar competência legal e administrativa ao Secretário Adjunto de Atenção Primária à Saúde, ao Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Monitoramento da Execução Financeira, e ao Coordenador de Monitoramento de Transferências e Devolução de Recursos, para:

I - adoção e subscrição dos atos e procedimentos de cobrança administrativa, especialmente, os previstos na Portaria GM/MS nº 885, de 4 de maio de 2021;

II - adoção e subscrição dos atos e procedimentos necessários a realizar as determinações previstas no Acórdão nº 1.283/2021 - TCU-Plenário, emitido no âmbito do Processo 014.545/2021-7, e no Acórdão 403/2022 - TCU - Plenário, emitido no âmbito do Processo 035.949/2019-8, e desdobramentos; e

III - prestar informações sobre processos de cobrança administrativa de competência da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde - Saps/MS.

Art. 2º Delegar competência legal e administrativa aos titulares de todos os Departamentos finalísticos desta Secretaria para adoção e subscrição dos atos e procedimentos necessários a realizar a competência prevista nos arts. 653 a 675 da Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Delegar competência legal e administrativa aos titulares de todos os Departamentos finalísticos desta Secretaria para adoção e subscrição dos atos e procedimentos necessários a alcançar as responsabilidades relativas à operacionalização do Sistema e-aud, com a finalidade de prover eficiência na realização dos procedimentos de auditoria interna junto à Controladoria-Geral da União no que tange às políticas e projetos públicos da Estratégia Saúde da Família, Promoção da Saúde, Cuidado Integral, Saúde Digital e Financiamento da APS.

Art. 4º As delegações de competência de que trata esta Portaria permanecem em vigor até 31 de dezembro de 2028.

Art. 5º Fica revogada a Portaria SAPS/MS nº 217, de 24 de janeiro de 2025.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUIZA F. R. CALDAS